

- h) Taxa de mudança normal de um prédio para outro dentro do perímetro da rede local, ou dentro do raio de 300 metros nos arredores - cada telefone 15000
- i) Taxa de mudança normal dentro do mesmo prédio ou substituição do tipo de aparelho - cada telefone 10000
- j) Taxa de transferência de responsabilidade do assinante 9000
- k) Taxa de religação de linha que tenha sido desligada por culpa ou a pedido do assinante 9000
- l) Taxa de ligação local originada em telefone público por 5 minutos 100
- m) Tarifos interurbanos dentro do município:

Nas ligações interurbanas dentro do município serão aplicados pela Companhia os tarifas que vigorarem no serviço intermunicipal do Estado de São Paulo.

Prefeitura Municipal de Piedade, em 20 de agosto de 1956.

Lei nº 264, de 20 de agosto de 1956.

Que dispõe sobre obrigatoriedade de ensino Primário Municipal.

Wilson de Souza Aguiar, Prefeito Municipal de Piedade, usando de suas atribuições conferidas por Lei:

Faz saber que a Câmara Municipal decreta e em promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituída em todo o território municipal a obrigatoriedade do ensino primário, ficando obrigados à matrícula e à frequência nas escolas primárias municipais, estaduais, particulares ou

particulares, todos os crianças em idade escolar.

§ Único - Estarão em idade escolar, as crianças que atingirem a idade de 7 (sete) anos.

Artigo 2º - Excluem-se da obrigatoriedade do ensino primário:

a) - as crianças que por defeito físico ou mental demonstrarem com certificado médico, uma incapacidade momentânea ou definitiva para o aprendizado intelectual;

b) - os que residirem a 3 (três) ou mais quilômetros distantes da escola mais próxima, a saber: que lhes seja assegurado o transporte (o transporte) diário e gratuito, por parte do governo, do particular ou dos vizinhos.

Artigo 3º - Para que a obrigatoriedade do ensino primário se torne viável e inteiramente do cumprimento de todos os municípios e qualquer pessoa pleger liquidação, a presente lei entrará em vigor depois de decorrido um (1) ano da data de sua publicação, dentro do qual para as autoridades - promoverão intensa campanha publicitária visando a atingir de todos os alunos, criando, simultaneamente, as unidades escolares que se fizerem necessárias.

§ 1º - Nos municípios em que não se verificar o limite mínimo de vinte (20) crianças em idade escolar, será permitido o ensino domiciliar particular, ficando este sob fiscalização direta das autoridades competentes e sujeitos os alunos aos exames de habilitação regularmente procedidos pela escola oficial mais próxima.

§ 2º - Para efeito do que dispõe o § anterior, as crianças não simbolicamente matriculadas nos

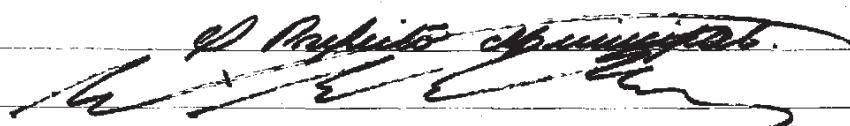
escola mais próxima de sua habitação, onde prestarão, nos ipsoes regulamentares, os exames de habilitação previstos em lei.

Artigo 4º - Quando se verificar a hipótese do § 1º do Art. 3º, a pessoa que contribuir o ensino terá direito a uma gratificação por prestação de serviços, a qual terá por base o número de crianças matriculadas e a frequência mensal à escola de abril a Setembro. Ruvireno (CM 180000) por mês, com matrícula de 20 (vinte) alunos.

Artigo 5º - As despesas decorrentes da execução do presente Lei correrão por conta de verbas orçamentárias próprias.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor a partir de um (1) ano da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Piedade, em 20 de Agosto de 1956.

Pelo Prefeito Municipal:


Registrada e publicada na Secretaria Municipal, em 20 de Agosto de 1956.

Pelo Secretário Coutador:
Wilton Rosa Babal

Lei nº 265 de 20 de Agosto de 1956.

Que altera a Lei nº 137 de 17 de Abril de 1950, sobre pagamento em prestação e dá outras providências.

Wilton de Sousa Alves, Prefeito Municipal de Piedade, usando de suas atribuições conferidas